

“É lá que o pai enterrou nossos umbigos”: ontologia de território para a população da Comunidade Quilombola Aldeia (SC)

*Nathália Dothling Reis*¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Neste trabalho, trato de explorar as concepções locais de território para a Comunidade Quilombola Aldeia - SC, onde muitas narrativas e cenas etnográficas me chamaram a atenção durante minha pesquisa de mestrado. Sabemos que essas populações enfrentam muitas dificuldades e que com o governo atual de Bolsonaro estão sendo ainda mais perseguidas e tendo seus direitos fundamentais ameaçados. Essas ações do atual governo têm a ver com um projeto que atende ao interesse do capital global nessas terras posicionando-se no que Escobar (2015) chamaria de ontologia moderna. De outro lado, temos as populações tradicionais que expressam uma relação com o território muito distinta, localizando-se no que o autor chamaria de ontologia relacional. Através das narrativas locais, exploro a complexa relação da população da Aldeia com o território, marcada pelos umbigos e tesouros enterrados, lembranças e afeto com a Lagoa de Ibiraquera e com os mais velhos que já se foram, mas seguem ali.

Palavras-chave: território; ontologia; comunidade quilombola; cosmopolítica.

DOTHILING REIS, Nathália. “É lá que o pai enterrou nossos umbigos” : ontologia de território para a população da Comunidade Quilombola Aldeia (SC). *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8 (17): 315-330, maio a agosto de 2021. ISSN: 2358-5587

¹ Bacharela em Ciências Sociais e Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal Santa Catarina. Membro do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia e Consultora Socioambiental na Herkenhoff & Prates. Foi ganhadora do Prêmio Marielle Franco 2021 e recebeu Menção Honrosa no Prêmio Lévi-Strauss, Modalidade B, na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia em 2016.

“There was the place where our father buried our navels”: territory ontology among the population from Quilombola Community Aldeia (SC)

Abstract: In this work, I try to explore the local territory conception for the Quilombola Community Aldeia – SC. During my master’s research many narratives and ethnographic scenes made me think about the concept of territory. We know that these populations face many difficult situations and in this new government of Bolsonaro they are being more persecuted and having their fundamental rights menaced. These actions are part of the global capital interest in these lands, which is located in what Escobar (2015) calls modern ontology. On the Other hand, we have the traditional people, who express a totally different relation with the territory, being located in what the author calls relational ontology. Through the local narratives, I explore the complex relation between quilombola people from Aldeia and the territory. This relation is marked by buried navels and treasures, memories about the Lagoa de Ibiraquera and the elderly people, who are gone, but remains there.

Keywords: territory; ontology; quilombola community; cosmopolitics.

“Fue allá que nuestro padre enterró nuestros ombligos”: ontología de territorio para la población de la Comunidad Quilombola Aldeia (SC)

Resumen: En este trabajo, trato de explotar las concepciones locales de territorio para la Comunidad Quilombola Aldeia - SC, donde muchas narrativas y escenas etnográficas me llamaron la atención en mi investigación para el grado de maestría. Esas poblaciones siempre han pasado por muchas dificultades y con el gobierno actual de Bolsonaro están siendo todavía más perseguidas y teniendo sus derechos fundamentales amenazados. Esas acciones del actual gobierno tienen que ver con un proyecto que atiende al interés del capital global en esas tierras, ubicándose em lo que Escobar (2015) llamaría ontología moderna. De otro lado, tenemos las poblaciones tradicionales que expresan una relación con el territorio muy distinta, ubicándose él lo que el autor llamaría ontología relacional. A través de las narrativas locales, exploto la compleja relación de la población de Aldeia con el territorio, marcada por los ombligos y tesoros enterrados, recuerdos y afecto con la Lagoa de Ibiraquera y con los mayores que ya se fueron, pero siguen allí.

Palabras clave: territorio; ontología; comunidad quilombola; cosmopolítica.

El territorio es definido como un espacio colectivo, compuesto por todo el lugar necesario e indispensable donde hombres y mujeres, jóvenes y adultos, crean y recrean sus vidas. Es un espacio de vida donde se garantiza la supervivencia étnica, histórica y cultural. Arturo Escobar

Durante minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social tive a oportunidade de conhecer, através do trabalho de campo, duas comunidades remanescentes de quilombo em Santa Catarina. O tema central da pesquisa era investigar sobre as lideranças de mulheres nessas comunidades, mas outras questões, como o território, apareciam recorrentemente nas narrativas e práticas sociais locais. Na dissertação acabei não trabalhando tão a fundo essa temática. No entanto, passados mais de um ano da defesa, comecei a revisitar os diários de campo e surgiu a necessidade de escrever esse texto, totalmente dedicado ao tema da territorialidade. Pretendo falar apenas de uma das comunidades com as quais trabalhei, a Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia, localizada em Imbituba, litoral de Santa Catarina, onde muitas narrativas e cenas etnográficas me chamaram a atenção para a concepção local de território.

Sabemos que as populações das diversas comunidades indígenas e quilombolas enfrentam muitas dificuldades e são perseguidas desde o momento de invasão das terras hoje chamadas brasileiras. Com o governo atual de Jair Bolsonaro, essas populações estão sendo ainda mais perseguidas e tendo seus direitos fundamentais ameaçados. Importante lembrar que, desde a campanha eleitoral do atual presidente, este afirmava que em seu governo as populações indígenas brasileiras não teriam direito a mais nenhum centímetro de terra e que as comunidades quilombolas estavam cheias de gente que “não trabalha, não fazem nada, pesam muitas arrobas e que não servem nem para procriar”. Desde que seu mandato começou, várias têm sido as políticas que demonstram seu descaso e desrespeito para com os direitos dos povos indígenas e comunidades quilombolas. Essas ações do atual governo não são mera casualidade, pois têm a ver com um projeto que atende ao interesse do capital global nessas terras posicionando-se no que Escobar (2015) chamaria de ontologia moderna. Em outros países da América Latina, também encontramos conflitos entre povos indígenas, afrodescendentes e os representantes do capital. González (s/d) aponta para essas divergências em sua pesquisa com os trabalhadores mineiros em Oaxaca, no México e Escobar (2015) em suas pesquisas com grupos afrodescendentes da Colômbia.

De forma geral, guardando todas as especificidades de cada caso, o que vemos em comum nessas lutas pelo território é que há um choque entre a concepção do que é a terra para os governos e empresas e o que é o território para os grupos indígenas, afrodescendentes e camponeses. De um lado, temos o interesse do capital global que entende a terra apenas como bem comerciável e de outro, temos as comunidades que lutam não só pelos territórios, mas por outra concepção de

desenvolvimento, que envolve uma relação harmônica com a natureza e uma forma distinta de vida social. Dessa maneira – e para concordar com Escobar (2015) - esses povos antecipam uma luta ontológica contra o projeto de mundo capitalista, liberal e secular e contribuem para uma transição importante para um mundo onde caibam muitos mundos, um pluriverso.

Este artigo está dividido em duas partes e as considerações finais. Na primeira parte apresento a Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia, trazendo aspectos históricos, geográficos, sociais e genealógicos. Em um segundo momento, entro na temática principal do trabalho, apresentando narrativas biográficas de moradoras e moradores da Aldeia que expressam bem as concepções locais de território. E por fim, mais do que considerações finais, trago algumas provocações para seguirmos pensando o tema.

“Lá vão os negros da Aldeia, tudo junto, que nem índio”

De acordo com Ana Lúcia Farias (2013), não há informações precisas acerca da procedência da família que se estabeleceu na localidade que hoje é a Aldeia. No entanto, as narrativas de moradoras e moradores da comunidade permitem contar uma história sobre o lugar². Nas conversas com as pessoas dali, pude conhecer um pouco dessa história. Na memória da população há um casal negro que teria vivenciado o final da escravidão e que, dentre outros filhos, teve Joana que, mais tarde – no período de libertação das pessoas escravizadas - mudou-se, com seus filhos Amaro e Antônio, para as terras abandonadas no Campo D’Una. Dona Ana³, benzedeira e a mulher mais velha atualmente na Aldeia, fala que:

Meu pai contava que minha avó foi uma escrava, ela se chamava Joana, tinha dois filhos, um se chamava Amaro e o outro Antônio, o meu pai. Depois da abolição eles ficaram sem lugar para morar, mas aqui no Campo D’Una tinham essas terras abandonadas perto da lagoa que foram ocupadas por eles. Quando eles vieram morar aqui, meu pai e meu tio ainda eram crianças, por isso eles cresceram aqui nessas terras. Mais tarde, minha avó faleceu e, depois de adulto, cada um dos seus filhos tomou um rumo na vida; o meu tio Amaro foi embora e nunca mais se soube notícias dele. O meu pai ficou morando aqui nas terras, casou-se com uma moça daqui de Garopaba, mas de outro bairro; tiveram sete filhos e eu sou uma delas. A Ciloca foi a primeira e eu sou a terceira. Eu cresci aqui nessas terras. (Ana, 4/9/2011 cit. por FARIAS, 2013: 56-57)

Assim, Antônio Joana teria se casado com Maria Eva e juntos tiveram Celecina Maria Eva de Jesus, a vó Ciloca - primeira moradora nascida na localidade em que está hoje a comunidade da Aldeia. Além de vó Ciloca, o casal teve Manoel Antônio, Ana, Dorinha, Basilícia, Pedro e Iraci. Dentre esses filhos, apenas Celecina, Manoel Antônio e Ana constituíram família, deixando descendentes que vivem na Aldeia até os dias de hoje. Mais tarde Celecina casou-se com Agapito Manoel Pereira, conhecido como vô Agaipo, nascido em outro bairro de Garopaba, tornou-se morador da comunidade após o casamento (FARIAS, 2013).

² O fato de que não haja dados precisos sobre a história local da Aldeia faz com que os diversos trabalhos historiográficos acerca da comunidade – e o presente trabalho – tenham que basear-se nas memórias da população local. Trabalhar com a memória é trabalhar com narrativas que envolvem sentimentos, lembranças, dúvidas e, portanto, não podem ser vistas como exatas. As memórias podem gerar diferentes narrativas. Dessa forma, os diferentes trabalhos podem conter algumas dissonâncias acerca de nomes, sobretudo, das pessoas mais antigas da comunidade. O que me importa aqui não é a precisão acerca desses nomes e fatos – dada a dificuldade para isso –, mas o que querem contar essas narrativas.

³ Os nomes das moradoras e moradores da comunidade foram trocados em todo o texto. Apenas mantive os nomes originais de pessoas falecidas há algum tempo. Diante do momento político perigoso que vivemos e as ameaças que isso traz para as pessoas das comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras e também para as e os profissionais da antropologia decidi, juntamente com algumas mulheres das comunidades, que não colocaria seus nomes originais. No lugar, escolhi trazer nomes de mulheres e homens negros da história, da minha família e nomes africanos, como forma de homenagear às mais diversas mulheres e homens negros que viveram e resistiram ao longo do tempo.

Nas conversas com diversas pessoas da Aldeia, percebi que a narrativa de vó Ciloca como a matriarca fundadora da comunidade repetia-se frequentemente. Por matriarca, pareceu-me que entendem o papel de grande mãe para todas e todos que vó Ciloca desempenhava. As e os moradores atuais da Aldeia têm vínculo com vó Ciloca; são filhos, filhas, netos, netas, sobrinhos, sobrinhas, irmã, bisnetas e bisnetos e suas e seus cônjuges que compõem a comunidade. Interessante ressaltar que os cônjuges das pessoas nascidas na Aldeia provêm, em sua maioria, de fora da comunidade, configurando-se em um regime de casamentos majoritariamente exogâmico. Através de narrativas locais, soube que vó Ciloca e Agaipo, sempre que tinham algum dinheirinho sobrando, compravam mais uma parte do terreno atual de Aldeia, pois tinham o sonho e objetivo de que toda a família vivesse ali e permanecesse unida. As pessoas da comunidade reconhecem a importância e influência de vó Ciloca no modo em que vivem, na construção da comunidade. Vó Ciloca faleceu há alguns anos e deixou na memória de todas e todos, boas lembranças de uma mulher que lutava e cuidava de todo mundo, que mantinha a comunidade unida.

Além de vó Ciloca, Ana Maria Eva de Jesus - ou tia Ana como é conhecida por todas e todos na comunidade, é uma importante figura na Aldeia. A terceira filha do casal Maria Eva e Antônio Joana, era na época de meu trabalho de campo, com 94 anos, a mulher mais velha da Aldeia. Benzedeira conhecida por todo o bairro de Campo D'Una e pela cidade de Garopaba, tanto as pessoas da comunidade quanto da cidade visitam-na com frequência para serem benzidas. Mesmo com essa idade, tia Ana carrega em sua memória a história de formação do grupo e as experiências vividas por ele. Está sempre presente nas festas da comunidade, que é muito festiva, com um grande sorriso no rosto.

Durante o período em que fiquei na comunidade, fazendo o trabalho de campo, consegui levantar dados genealógicos acerca do núcleo central da Aldeia, composto pelas e pelos descendentes de vó Ciloca, por tia Ana, suas e seus descendentes e pelas descendentes de Manoel Antônio Romão. Abaixo, apresento o mapa genealógico desde a fundação da Aldeia até algumas das pessoas que compõem o núcleo central atualmente, com destaque para as principais lideranças, já falecidas ou não.

Na genealogia abaixo, destaco as figuras de vó Ciloca, considerada a matriarca fundadora da Aldeia; tia Ana, sua irmã, importante liderança, por sua atuação como benzedeira; Dandara, atual presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia (ACORQUIAL), filha de Manoel Antônio Romão e sobrinha de vó Ciloca; Preta Quilombola, atual vice-presidente da ACORQUIAL e neta de vó Ciloca; Martin, primeiro presidente da ACORQUIAL e neto de vó Ciloca e Menininha de Gantois, a única filha mulher de vó Ciloca. Como podemos perceber, a maioria são mulheres e todas as lideranças têm vínculos com vó Ciloca.

Com o pouco tempo de trabalho de campo na comunidade, percebi que as moradias estão distribuídas no núcleo central da Aldeia de acordo com as descendências de cada filha e filho do casal Antônio Joana e Maria Eva, como trato de mostrar no mapa da comunidade logo a seguir.

Figura 1 – Genealogia com destaque para as lideranças da Aldeia

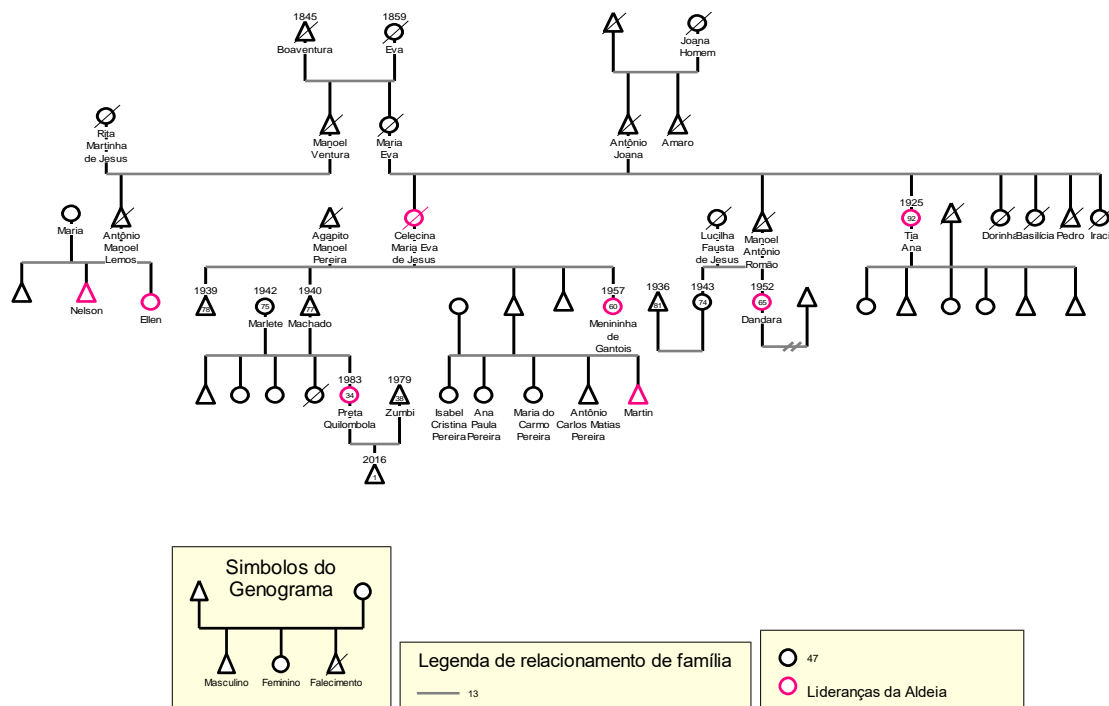
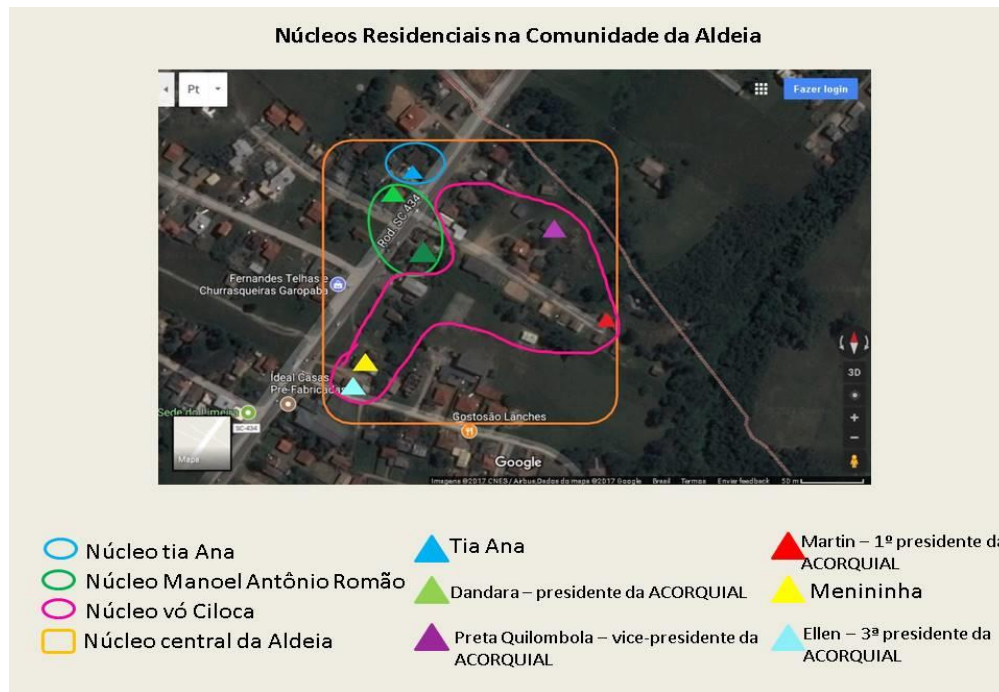


Figura 2 – Núcleos residenciais da Aldeia e algumas lideranças da comunidade

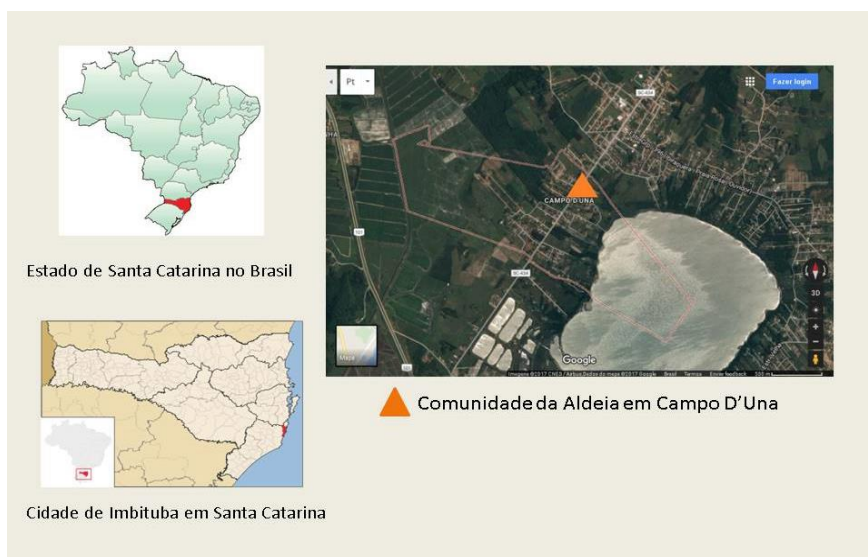


Gostaria de enfatizar que o núcleo ao qual estou nomeando como central da Aldeia não corresponde ao território total da comunidade, mas a uma parte do território onde estão as principais interlocutoras dessa pesquisa e pelo qual circulei com mais frequência. Embora exista esse arranjo em três núcleos, não me pareceu que a sociabilidade da comunidade se restrinja a eles. Acredito que pela própria geografia do local, a organização social e as relações sociais dão-se entre todas e todos do núcleo central no dia a dia. Porém, não quero afirmar isso com muita firmeza, pois penso que precisaria de mais tempo na comunidade para fazê-lo. Mas é interessante notar que as e os descendentes de tia Ana e Manoel Antônio também reconhecem em vó Ciloca a matriarca fundadora da Aldeia.

Na figura acima, trato de apontar algumas e alguns de meus interlocutores. A maioria delas e deles foram ou continuam sendo lideranças na comunidade. Martin, foi o primeiro presidente da ACORQUIAL. Depois dele veio Nelson, com quem não tive nenhum contato. Sua irmã, Ellen, foi a terceira presidente. Ellen, Nelson e seus irmãos, não são descendentes diretos das e dos filhos de Maria Eva e Antônio Joana, como tratei de mostrar na genealogia. O pai deles, Antônio Manoel Lemos, era primo de vó Ciloca, tia Ana e Manoel Antônio. Como ele perdeu seus pais muito cedo, vó Ciloca e vô Agaipo cuidaram dele como se fosse um filho. Além dessas pessoas, volto a apontar as lideranças que já foram colocadas na genealogia, como Dandara, tia Ana, Menininha de Gantois e Preta Quilombola.

Segundo algumas moradoras e moradores, a população da Aldeia é composta por cerca de 500 pessoas, dentre as que vivem no território e as que estão fora, mas desejando voltar. A comunidade da Aldeia localiza-se no bairro do Campo D'Una, pertencente ao município de Imbituba, litoral sul de Santa Catarina. O município limita-se ao norte com a cidade de Garopaba e ao sul com Laguna. Às margens da rodovia SC-434, estão as casas das moradoras e moradores da comunidade, que ocupam os dois lados da rodovia e uma parte que pertence à cidade de Garopaba. Na figura a seguir mostro a localização da Aldeia no município de Imbituba/SC.

Figura 3 – Mapa de localização da Aldeia em Imbituba/SC



Fonte: Google maps.

DOTHILING REIS, Nathália.
“ É lá que o pai enterrou nossos umbigos”

Acerca do nome Aldeia, as narrativas das pessoas da comunidade são bastante unânimes. Contam que antigamente as pessoas da comunidade andavam sempre juntas, seja para ir à missa, à escola, ao futebol, para qualquer lugar. Diante dessas cenas, um morador branco do bairro de Campo D'Una começou a dizer que “lá vão os negros da Aldeia; tudo junto, que nem índio”. Antes disso, eram conhecidos como os ‘negros de baixo’ (FARIAS, 2013), mas depois passaram a ser reconhecidos como ‘os negros da Aldeia’. A separação revela o racismo por parte das pessoas brancas da cidade, que faziam diferença entre pessoas brancas e negras. O interessante é que o apelido colocado à comunidade de forma negativa foi tomando conotações distintas para as moradoras e moradores da Aldeia. Conforme Albuquerque (2014), é entre os anos de 2002 e 2008 que a comunidade foi reconhecendo-se e consolidando-se enquanto remanescente de quilombo. O autorreconhecimento enquanto comunidade quilombola, a partir de 2002, fez com que a população da Aldeia começasse a questionar as práticas educativas que, por tantos anos, a excluíram. Com o apoio do MNU/SC⁴, em 2006, ocorreu o projeto educacional *Puxirão Saberes da Terra*, no qual Preta Quilombola, Martin, Ellen, Nelson, atuaram como professoras e professores. Dandara aprendeu a ler e escrever nesse projeto. No ano de 2006 criaram a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Aldeia (ACORQUIAL). Nesse momento da formação da identidade quilombola da comunidade, as pessoas dali resignificaram o nome Aldeia e passaram a perceber nele várias características que diz muito a respeito de suas lógicas de mundo, como por exemplo, a coletividade, a negritude, o parentesco e a pertença àquele território. Foi também nessa época que várias e vários moradores começaram a atuar no MNU/SC, o que deu mais força para as lutas quilombolas da Aldeia (ALBUQUERQUE, 2014).

Com o fortalecimento das lutas, a comunidade foi rompendo, pouco a pouco com as condições socioeconômicas impostas desde o período da escravidão. Em 2009, em decorrência de um convênio assinado entre o município e a COHAB⁵, foram construídas várias casas populares de alvenaria na comunidade, através do programa do governo federal FNHIS⁶ (ALBUQUERQUE, 2014). Antes, as casas eram de madeira, com estruturas ruins. Hoje, vemos uma maioria das casas da comunidade de alvenaria; pequenas e simples, mas com boa estrutura, embora ainda existam famílias vivendo em casas de madeira, esperando por novo projeto habitacional para ter melhores casas.

Também podemos observar, desde essa época, um aumento no índice de escolaridade da população da comunidade, com uma grande quantidade de pessoas graduadas ou graduando-se em universidades particulares e públicas atualmente. São os casos de Martin, que se graduou em Educação no campo pela UFSC, Maria Firmina – filha de Ana – que é formada em Pedagogia pela UNISUL, Preta Quilombola, que cursa Serviço Social na UFSC, a filha de Menininha de Gantois - que está quase formando-se em Direito na UFSC, dentre outras e outros.

No que diz respeito à luta pelo território quilombola, a Aldeia já foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e está em processo de elaboração do relatório antropológico para RTID⁷.

⁴ Movimento Negro Unificado de Santa Catarina.

⁵ Companhia de Habitação.

⁶ Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

⁷ Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Umbigos, tesouros enterrados e Lagoa de Ibiraquera: ontologia do território quilombola

A primeira vez que estive na Aldeia foi para um almoço que a comunidade oferecia, para arrecadar fundos para a reforma da então sede da Aldeia. Meu companheiro e eu chegamos às onze horas e ainda não havia muita gente. Uma senhora negra de uns 50 ou 60 anos veio falar conosco. Disse que éramos bem-vindos e nos vendeu os ingressos para o almoço. Logo vi Preta e fui falar com ela. Nos recebeu com muito carinho e felicidade. Me disse que a senhora era Dandara, a presidente da associação. Nos apresentou seu filho e seu marido, Zumbi. Os homens e as mulheres – que eram a maioria – trabalhavam juntos para realizar o evento que estava muito bem organizado. Mesa com toalha e flores, buffet para servir, venda de bebidas, comida gostosa e variada, banda de pagode tocando, toldo grande e mesas. A maioria das mulheres usavam seus cabelos naturais e turbantes coloridos. Preta também estava com turbante e camiseta do 4P (coletivo negro da UFSC). Havia uma mesa com decoração africana, com estátuas de mulheres africanas e atrás, fotos de pessoas da comunidade. Ia começando a conhecer a comunidade que se apresentava festiva e atuante politicamente. Mas o que mais me chamou atenção nesse dia foi o discurso de boas-vindas feito por Preta Quilombola. Antes de servir o almoço, ela fez uma fala de agradecimento às pessoas que estavam ali e às que tinham contribuído para que o evento acontecesse. Valorizou a resistência e os saberes das pessoas mais velhas da comunidade, mencionando tia Ana que estava presente, e das e dos que já haviam morrido, fazendo menção à vó Ciloca. Convocou toda a comunidade a conscientizar-se da luta do quilombo. E então, falou da importância do território como local de memória, resistência, coletividade, ancestralidade e que não se tratava apenas de terra comerciável. Falou de todos os cordões umbilicais enterrados no território e disse que o de seu filho também estava enterrado ali. A história dos umbigos enterrados me deixou muito interessada, mas nesse dia não tive oportunidade de conversar mais com Preta.

Logo nos primeiros dias de estadia em campo, perguntei a Preta sobre a história dos umbigos. Ela me mostrou uma árvore bem grande mais ao fundo da casa de seus pais e disse que ali estavam enterrados os umbigos de quase todas as pessoas da comunidade desde há muito tempo e que ela havia enterrado o umbigo de seu filho ali também. Não sabia me explicar por que faziam isso, mas achava bonito que os antigos e antigas fizessem e, por isso, quis dar continuidade à prática.

Conversando com tia Ana sobre diversos assuntos, ela me contou várias histórias do passado. Segundo ela:

Dizem que minha vó, Eva, enterrou dinheiro por aqui. Embaixo de uma árvore, como que é mesmo? Aquela frutinha de comer...uma que come. Ah, árvore de jabuticaba. Ela escondeu dinheiro aí na árvore de jabuticaba e dizem que é para os filhos mais moços, né. Ah, não, é na figueira. É, tem tesouro enterrado embaixo da figueira. No Macacu⁸ é cheio de dinheiro dos antigos enterrado também. (Tia Ana, trecho de diário de campo pessoal, 2017)

Em outra ocasião, conversando com Dandara, mencionei as histórias dos umbigos e ela me disse:

⁸ Macacu corresponde à área onde localiza-se a Comunidade Remanescente de Quilombo Morro do Fortunato, em Garopaba-SC. A comunidade é vizinha da Aldeia e as duas mantêm relações sociais e de parentesco.

Sim, essa história dos umbigos é minha. Meu pai guardava os umbigos, aí depois de um tempo, ele cortava em três e perguntava para cada um o que queria ser na vida e enterrava no nosso terreno pra pessoa ter sucesso na profissão. Por exemplo, né. Perguntava para minha irmã o que queria. Aí ela disse, costureira. Aí o pai enterrou o umbigo e mais tarde ela virou costureira mesmo e boa. É por isso que eu quero muito recuperar aquelas terras do posto desativado. É lá que o pai enterrou nossos umbigos, lá que a gente viveu, cresceu, que a mãe morreu. (Dandara, trecho de diário de campo pessoal, 2017)

Na segunda vez que voltei à Aldeia e fiquei no bar de Dandara ao lado de sua casa pude conversar mais vezes com ela. Apesar de sempre atarefada, e mais ainda naqueles dias por conta da organização da Festa da Tainha⁹, falávamos com frequência, pois eu estava ao lado e ajudando-a na organização da festa. Tomava café com ela pela manhã e logo perguntei sobre como havia sido a visita de Rafael Buti, antropólogo responsável pelo relatório para o INCRA. Ela respondeu:

O Rafael veio né minha filha. Aí fez reunião e foi todo mundo. Falamos das terras. Eu não ligo com isso de ter muita terra, nem preciso de tanta terra. Para quê? Mas aquelas terras ali do posto desativado eu faço questão de ter de volta, porque é ali que meu pai enterrou nossos umbigos. (Dandara, trecho de diário de campo pessoal, 2017)

Essa fala de Dandara deixa muito evidente o valor do território para ela enquanto quilombola, não é um valor econômico, mas sim de ligação com sua história, seu pertencimento, sua ancestralidade. De acordo com Escobar (2015), a permanência contínua no território, há tanto tempo, exemplifica o que chamamos de ancestralidade, pois é a continuidade ancestral que persiste na memória da população. Ao fazer isso, esses grupos vivem sob outro modelo de vida, outra cosmovisão e em suas lutas enfatizam essa dimensão ontológica. Nesses casos, território é memória e não terra a ser comercializada. De forma geral, as histórias de tesouro e umbigos enterrados pela comunidade permeiam as memórias das pessoas da Aldeia.

Além disso, a Lagoa de Ibiraquera, que fica aos fundos da comunidade, ocupa um lugar importante nas narrativas. As e os mais velhos dizem que ali, homens e mulheres, pescavam para alimentar e sustentar a população da Aldeia. De acordo com Preta, aquele também era o local de lazer das famílias e crianças dali. “A gente nem ia para praia. A gente sempre vinha aqui, na lagoa, para brincar, tomar sol, pra passar o dia. Era muito bom!”. Em um dos dias do trabalho de campo, Preta e seu filho, vieram até a casa em que eu estava ficando e me levaram para conhecer a Lagoa de Ibiraquera. No caminho, vimos casas grandes e carros caros nas garagens. Preta ficou indignada e entristecida com tanta injustiça e desigualdade. “Olha para essas casas...e a gente lutando por tão menos. Tão perto, mas tão distante”, ela disse. Quase chegando, vimos um pasto inteiro cercado até a beira da Lagoa impedindo quase todo o acesso à Lagoa, que também já está bastante poluída. Segundo Preta, a bióloga pertencente ao grupo que está levantando o laudo pericial da comunidade analisou a água da Lagoa e disse que já está imprópria para banho e pesca. Preta me contou que praticamente tudo isso era terra da comunidade, mas a maioria das pessoas não quer reivindicar essas terras. Ela queria muito, pois poderiam limpar a Lagoa, voltar a pescar, teriam uma boa área de lazer. “Aí, é tão difícil. Queria tanto que desse certo, que a gente conseguisse nossas terras, sem muito conflito. Quem sabe assim as pessoas veem, se animam”. Com os pés na Lagoa e o filho nos braços, Preta falava com ele, ao mesmo tempo que mergulhava seus pezinhos na Lagoa: “Olha, filho, a Lagoa, que bonita, né. Aqui é onde o vô Agaipo pescava, seus antepassados tiravam o

⁹ Festa tradicional da comunidade, celebrada há muitos anos.

alimento da nossa família. É aqui que a mãe brincava”. Lembro de me emocionar muito nesse momento. As palavras de Preta se juntavam com o som tranquilo da brisa que nos chegava ao rosto e seu filho sorria. Nesse momento, Preta e tudo ali me ensinavam o que é o território quilombola e que pode ser bem descrito pelas palavras que se seguem de Escobar (2015):

es una gran red de interrelaciones entre minerales, microorganismos, vida aérea (raíces, arboles, insectos, pájaros), vida acuática y anfibia (cangrejos, camarones, otros moluscos y crustáceos, peces), y hasta seres sobrenaturales que a veces establecen comunicación entre los diversos mundos y seres. Es a toda esta densa red de interrelaciones y materialidad a la que llamamos ‘relacionalidad’ u ‘ontología relacional’. Vista de esta manera, no hay ‘padre’ ni ‘hija’ ni ‘potrillo’ ni ‘manglar’ como seres discretos autocontenidos, que existen en sí mismos o por su propia voluntad, sino que lo que existe es un mundo entero que se enactúa minuto a minuto, día a día, a través de una infinidad de prácticas que vinculan una multiplicidad de humanos y no-humanos. Para resumir, una ontología relacional puede definirse como aquella en que nada (ni los humanos ni los no-humanos) preexiste las relaciones que lo constituye. Todos existimos porque existe todo. (ESCOBAR, 2015: 93)

As narrativas das moradoras e moradores da Aldeia trazem aspectos relevantes sobre a importância e entendimento de território para as comunidades quilombolas. De acordo com Arruti (1999), as terras nas quais vivem essas populações não podem ser vistas como simples ‘propriedades fundiárias’, mas como territórios sociais. Conforme o autor, esses territórios são fundados em tradições culturais e estruturas sociais muito distintas às branco-europeias, já que se fundam em acervos africanos e têm uso tradicional e coletivo. Por outro lado, a modernidade-capitalista e liberal concebe a terra em termos de uma *ontologia dualista* ou *ontologia moderna* (ESCOBAR, 2015: 92) que separa humano e não-humano, natureza e cultura, indivíduo e sociedade, ‘nós’ e ‘eles’, razão e emoção e tantas outras dicotomias.

Essa modernidade tem se autoproclamado ‘o’ Mundo em detrimento de outros mundos possíveis. Arruti (1999) observa que a Lei de Terras de 1850 tentou estabelecer que a propriedade privada é a única forma de posse de terra. No entanto, as concepções do Estado e da Justiça não correspondem e não dão conta das realidades locais. No caso das comunidades quilombolas, percebemos que o desaparecimento legal não provoca o desaparecimento real. As antigas formas de posse e organização social, apesar de modificarem-se com o tempo e adaptarem-se aos novos contextos, parecem continuar. Durante o trabalho de campo nas duas comunidades, algo que sempre me chamou atenção foi a forma que a vida de dentro das casas confunde-se com a vida da comunidade, dando a impressão de que o privado é muito público. Na Toca de Santa Cruz, as casas estavam sempre abertas, apenas fechavam-se na hora de dormir e não há muros, portões ou cercas separando-as. Apenas as casas de pessoas brancas é que traziam essa particularidade. Na Aldeia, encontrei a mesma situação; não há muros, cercas ou portões entre as casas das comunidades. Na casa em que fiquei a primeira vez que permaneci em campo na comunidade, isso me atingia muito diretamente. A casa ficava bem próxima da rodovia e o fato de não ter muro faz com que qualquer pessoa possa chegar perto, nas janelas, a qualquer momento. Meu companheiro foi me visitar uma vez para levar algumas coisas que eu precisava e também se sentiu incomodado com a exposição. Queria fechar as cortinas o tempo inteiro e falava do incômodo que sentia várias vezes. Em contrapartida, Preta falava comigo que um de seus desejos é que as casas da Aldeia continuassem assim, sem muros, sem cercas, sem portões. Ela mostrava-se maravilhada com o fato de ter

como vizinhas e vizinhos suas primas e primos, tias e tios, ou seja, família, parentes.

Dessa forma, a convivência com as pessoas das comunidades mostra que, assim como aponta Arruti (1999), o vínculo desses grupos com a terra não passa apenas por estilos de vida genéricos que podem dar-se em qualquer localidade. Trata-se de grupos territorializados que são específicos e ocupam poções geográficas também específicas e definidas. Portanto, expropriar-lhes as terras, nesses casos, não é só de natureza econômica ou fundiária, mas algo que atinge a todo o grupo, em sua coletividade. O território é a base social da memória dos grupos quilombolas, de seus laços políticos e de suas formas de regulação econômica, fundado na vizinhança e genealogia. Assim, tirar um grupo quilombola – ou indígena – de seu território específico tem o efeito de desagregar o grupo, de acabar com seu modo de vida e concepção de mundo. Para que esses grupos continuem é necessário, antes de tudo, garantir seu direito a continuar em seu território, que, no caso da Aldeia e da Toca de Santa Cruz, é ocupado por sua gente há mais de um século. A noção de território que emerge aqui corresponde àquela trazida por Raquel Mombelli (2009) em sua tese de doutorado, quando descreve que o território está intrinsecamente ligado à ideia de pertencimento e que um grupo sem território não pode, nem mesmo, pretender-se um grupo étnico-cultural.

Conforme Escobar (2015), as ontologias relacionais têm duas principais características: o território enquanto possibilidade e as diversas lógicas comunais (ESCOBAR, 2015: 93). Nessas ontologias, os territórios são espaços-tempos vitais de toda a comunidade. São também espaços-tempos de interrelações com o mundo natural que os circunda e, ao mesmo tempo, os constitui. É por isso que é tão comum ouvirmos de pessoas de grupos indígenas e quilombolas que se saírem do território a comunidade acaba. Preta Quilombola também me falava isso diversas vezes. “Precisamos lutar pela terra, sem isso nós não podemos continuar a existir”. Segundo Escobar (2015), “esses espaços materiais se manifestam como montanhas ou lagos, que se entende têm vida ou são espaços animados” (ESCOBAR, 2015: 96, tradução livre). Portanto, quando se fala da montanha, da lagoa, das árvores, de um ancestral ou de uma entidade viva, referencia-se a uma relação social e não há uma relação do tipo sujeito/objeto, não caracterizando relações de uso. Dessa forma, o conceito de comunidade inclui humanos e não humanos – que podem ser animais, lagoas e espíritos. Assim, se quisermos definir o que é o território da Comunidade Quilombola da Aldeia, deveremos incluir as pessoas que ali vivem, as que viveram e morreram, mas habitam a memória do lugar, as árvores, os umbigos e tesouros enterrados, a Lagoa de Ibiraquera, o viver entre família, sem muros e grades.

Barbara Glowczewski (2015), em sua pesquisa com os *Warlpiri*, grupo de aborígenes australianos, traz a importância do território para essa população e penso que pode haver conexões com a noção de território quilombola. De acordo com a autora:

As plantas, fenômenos tais como a chuva, ou um atributo como a invencibilidade, são considerados “animados” da mesma maneira que os animais ou os humanos o são; elas são habitadas por sonhos particulares que lhes permitem perpetuarem-se; isso não é exatamente “animismo”, que atribuiria uma alma a tudo que tem nome no universo, mas sim uma forma de “vitalismo” que postula ligações íntimas entre as coisas das quais a vida depende. *Os lugares que os seres ancestrais nomearam e marcaram com seus corpos diz-se igualmente que são habitados pela presença deles eternamente* (GLOWCZEWSKI, 2015: 25, grifos meus)

Assim, a autora argumenta que os aborígenes continuam reivindicando sua relação espiritual com a terra, apesar das mudanças temporais no seu modo de existência. Algo que também ocorre com as populações quilombolas e indígenas no Brasil. De acordo com um interlocutor *warlpiri* da autora, se os cinco pilares fundamentais para os aborígenes – que consistem no lar, língua, lei, cerimônia e família – não estiverem fortes ou conectados, o povo *warlpiri* deixa de existir. Glowczewski (2015) conta que até 1967 os aborígenes não eram considerados cidadãos na Austrália e é só então que eles e elas começam a retornar aos seus territórios ancestrais. Ela conta que ao chegar, “a primeira coisa que fizeram foi tocar a terra, as pedras e as árvores daqueles locais que correspondiam aos locais de seus ancestrais” (GLOWCZEWSKI, 2015: 49). É interessante também o fato de os aborígenes nunca dizerem que o território lhes pertence, mas que eles e elas pertencem ao território, que a terra não é para ser ocupada ou conquistada, mas que ela dá sentido aos povos. O que, na minha análise, aproxima-se da noção de território para as populações quilombolas. Nas falas de Dandara e Preta fica evidente que a importância da luta pelo território da Aldeia não é econômica, pura e simplesmente, mas tem a ver com o valor ancestral daquelas terras, com os umbigos e tesouros enterrados, com as pescas das e dos antigos na Lagoa de Ibiraquera, com as histórias contadas e lembradas sobre tudo isso, com a luta das famílias negras que ali chegaram e instalaram-se provendo a sobrevivência dos seus, com o sonho de vó Ciloca e vô Agaipo de que a família permanecesse unida ali, naquele local.

Tanto na Toca de Santa Cruz, como na Aldeia, o território em que vivem corresponde ao local onde as e os avós viveram, plantaram e pescaram para garantir a sobrevivência dos grupos; é o local onde nasceram e viveram toda a vida, onde tiveram filhas, filhos, netas e netos e onde pretendem continuar vivendo. É o local onde se sentem em família e onde podem viver da forma que vivem.

Esses sujeitos então de que se compõe o mundo – é importante notar que eles são o mundo, formando seu tecido perspectivo último, e não apenas *estão* no mundo como dentro de um quadro neutro que precedesse os pontos de vista [...]. Um mundo que muitos chamariam antropomórfico, mas que ninguém poderia chamar antropocêntrico, pois ali o que o homem dá é a *desmedida* de todas as coisas, ao mesmo tempo em que é medido e mediado por elas todas. Um mundo, enfim, *metafisicamente* antropofágico, onde a alteridade é anterior à identidade, a relação superior aos termos, e a transformação interior à forma. (VIVEIROS DE CASTRO, 2012: 157)

Dessa maneira, o *território* é o espaço onde a vida atualiza-se conforme uma ontologia particular, onde a vida se faz *mundo* (ESCOBAR 2015) e quando as populações indígenas dizem que “a terra é a mãe” (GONZÁLEZ, s/d) ou comunidades quilombolas falam que algo não humano é um ser sensível, não se trata de crença ou algo simbólico, mas de enunciados válidos sobre a realidade, de ontologias não modernas ou relacionais que transcendem os dualismos. E é dessa forma que, segundo Viveiros de Castro (2012), essa cosmopolítica atualiza um outro universo que o nosso; mais do que um uni-verso, um *multiverso*.

Considerações finais

Karl Polani (2010) afirma que o modo de produção capitalista separou o trabalho da terra e rompeu um importante vínculo entre a terra, a vida e a natureza. Ao mesmo tempo, introduziu a terra à economia de mercado, o que separou a natureza da sociedade. Desde então, e cada vez mais, o capital global tem empre-

endido lutas violentas com interesse nas terras indígenas, quilombolas, afrodescendentes e camponesas. Porém, essas populações têm resistido, ainda que se transformem, já que não são estáticas como qualquer outra população. Esses grupos vêm defendendo muito mais do que suas terras, mas seus territórios, seus próprios mundos e a ideia de que o território são eles mesmos. Essa ontologia transcende a dicotomia natureza/cultura e, dessa forma, quando defendem o território, defendem também a montanha, a lagoa, as árvores, os ancestrais e a própria comunidade, que só existe no conjunto de tudo isso.

Através desse texto, com narrativas e exemplos locais da Comunidade Quilombola Aldeia, trato de mostrar que as populações quilombolas e os movimentos étnico-territoriais, em geral, são espaços vitais de produção de conhecimento e estratégias para enfrentar a crise social e ecológica. Em 2017, assisti a um simpósio na UFSC com a presença de pesquisadores e pesquisadoras da área indígena e quilombola e com lideranças dessas comunidades. Uma delas era Preta Quilombola que disse: “Defender nossos territórios e os territórios indígenas deveria ser uma luta de toda a sociedade brasileira. Sem o nosso povo e nosso modo de vida a Terra vai acabar”. Para finalizar, concordando com ela, afirmo que precisamos repensar a própria ideia de desenvolvimento com base no que nos ensinam as ontologias relacionais se queremos que a vida na Terra continue existindo.

Recebido em 6 de abril de 2021.

Aceito em 30 de agosto de 2021.

Referências

ALBUQUERQUE, Mauricélia de. *Negros em Garopaba – SC: experiência quilombola nas comunidades da Aldeia e do Morro do Fortunato*. Dissertação de Mestrado, História, UDESC, 2014.

ARRUTI, José M. Propriedade ou Território? *Revista Tempo Presença*, 21: 10-14, 1999.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvimento Meio Ambiente*, 35: 89-100, 2015.

FARIAS, Ana Lúcia. *Dos bailes de outrora à Festa da Tainha: significados e princípios educativos das festas no Quilombo Aldeia*. Dissertação de Mestrado, Educação, UFSC, 2013.

GLOWCZEWSKI, Barbara. *Devires Totêmicos: Cosmopolítica do Sonho*. São Paulo: n-1 edições, 2015.

GONZÁLEZ, Madai G. *Ontologías del territorio: naturalezas, conflicto y movimientos sociales*. Artigo apresentado no GT37 - Retomadas e Re-existências Indígenas e Quilombolas do 44º Encontro Anual da ANPOCS (online).

MOMBELLI, Raquel. *Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, UFSC, 2009.

NAVARRO, Mina L. y PINEDA, Cesar Enrique. Luchas socioambientales en México: construcción de subjetividades y lenguajes de valoración anticapitalistas. *Revista Herramienta*, 7, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, 8 (1): 113-148, 2002a.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na Antropologia, Transformação da “Antropologia”. *Mana*, 18 (1): 151-171, 2012.

DOTHILING REIS, Nathália.
“ É lá que o pai enterrou nossos umbigos”

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

*A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste
recebe o ano inteiro, em*

**FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).**

*Interessados na submissão de trabalhos e
também em atuar como*

pareceristas

podem realizar seus cadastros em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso